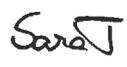
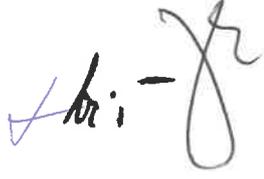




**Relatório & Contas**  
**minhocom, gestão de infraestruturas**  
**de telecomunicações, eim**  
**31 de dezembro de 2021**


## Índice

<b>A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>3</b>
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	21
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	25
4. PERSPETIVAS FUTURAS	25
5. IMPACTO DA COVID-19	26
6. AÇÕES PRÓPRIAS	26
7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	26
8. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	26
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27
10. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	27
11. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	28
12. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
13. NOTA FINAL	29
<b>B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>30</b>
<b>C) ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>31</b>
<b>D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS</b>	<b>32</b>
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	32
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	33
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021	34
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2020	35
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	36
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	37
<b>E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>62</b>
<b>F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>64</b>

Sara J. A. M. - J. R.

Relatório & Contas 2021

## A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2021.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

### 1. Enquadramento macroeconómico

#### 1.1 Quadro macroeconómico internacional

A atividade económica global recuperou ao longo do ano de 2021. A crise pandémica tem características que favorecem uma recuperação rápida com menores danos sobre a atividade económica a médio prazo. Comparativamente a crises causadas pela acumulação de desequilíbrios macroeconómicos, a recessão de 2020 resultou de um choque exógeno à economia. O choque foi transversal e sincronizado no mundo, o que implicou uma queda mais pronunciada da atividade em 2020, mas deverá reforçar a recuperação nos anos seguintes. A escala, celeridade e coordenação da resposta política foram cruciais para conter os efeitos multiplicadores do choque e preservar a capacidade produtiva e o emprego, contribuindo para mitigar os efeitos permanentes da crise. A manutenção de condições de financiamento favoráveis para os agentes privados e para o soberano é também um fator diferenciador à luz da evidência de impactos negativos persistentes das recessões associadas a crises financeiras.

A rapidez e a sincronia da recuperação da procura global de bens criaram perturbações nas cadeias de fornecimento de bens. Ainda assim, a atividade e o comércio mundial cresceram 6,1% e 11,2%, respetivamente, encontrando-se no final do ano mais de 4% acima do nível pré-pandemia. As perturbações nos fornecimentos, evidenciadas na escassez de matérias-primas e bens intermédios, nos prazos de entrega mais longos e nos custos de transporte elevados, têm condicionado a produção de diversos bens, como os automóveis, e não se deverão dissipar nos próximos tempos. As projeções do Eurosistema para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na área do euro, revistas em alta para 2021 e 2022, apontam para um crescimento de 3,9% em 2021, 3,7% em 2022 e 2,1% em 2023.

O comércio mundial apresenta uma recuperação mais forte do que a da atividade. As importações mundiais de mercadorias mantiveram um crescimento robusto, levando a que tenham já ultrapassado os níveis registados antes da

pandemia. Esta rápida recuperação está associada ao dinamismo do setor industrial, que tem originado pressões sobre as cadeias de distribuição globais e constrangimentos ao comércio, nomeadamente aumentos dos custos de transporte via contentor e escassez de alguns bens intermédios, como semicondutores. A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá crescer 8,6% em 2021, 6,5% em 2022 e 3,4% em 2023.

Indicadores Macroeconómicos	2019	2020	2021 <sup>(e)</sup>
PIB:			
EUA	2.2	-3.4	4.9
UNIÃO EUROPEIA	1.7	-6.1	3.9
ÁREA EURO	1.3	-6.5	3.7
JAPÃO	0.7	-4.6	1.3

Fonte: GPEARI Finanças  
Leitura: Variação Percentual  
(e) - estimativa

Nas principais economias avançadas, a política orçamental reforçou os apoios à atividade económica. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o impacto orçamental acumulado de medidas discricionárias implementadas ou anunciadas em resposta à crise pandémica nas economias avançadas situou-se em 17,3% do PIB.

A inflação aumenta nas principais economias avançadas em 2021. Para a área do euro, o Banco Central Europeu (BCE) projeta uma inflação de 4,1% em 2021 (0,3% em 2020), refletindo além da subida dos preços das matérias-primas, outros fatores como o fim da redução temporária do IVA na Alemanha e o aumento do preço dos serviços, com o levantamento das restrições sanitárias. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) antecipa uma inflação também nos Estados Unidos da América (EUA) e no Reino Unido. No entanto, na avaliação dos bancos centrais, a subida da inflação será temporária, dissipando-se com a normalização gradual das cadeias de abastecimento. Na área do euro, o BCE adotou um objetivo simétrico de 2% para a inflação no médio prazo, no âmbito do processo de revisão da estratégia de política monetária finalizado no início de julho de 2021.

Indicadores Macroeconómicos	2019	2020	2021(e)
<b>Inflação:</b>			
EUA	0.5	0.0	6.2
UNIÃO EUROPEIA	1.4	0.7	4.4
ÁREA EURO	1.2	0.3	4.1
JAPÃO	2.9	2.4	0.2
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	3.7	8.1	4.6
UNIÃO EUROPEIA	6.7	7.1	6.7
ÁREA EURO	7.6	7.9	7.4
JAPÃO	2.4	2.8	2.8
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	0.9	-7.2	-2.2
UNIÃO EUROPEIA	-0.8	-7.9	4.5
ÁREA EURO	-1.4	-8.4	4.6
JAPÃO	-2.7	-10.6	-2.3

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças  
 Leitura: Variação Percentual  
 (e) – estimativa

A recuperação da economia mundial reflete-se também numa evolução positiva no mercado de trabalho. A taxa de desemprego do conjunto dos países da OCDE diminuiu para 6% em 2021. No decorrer de 2021 assistiu-se a um aumento do emprego, das horas trabalhadas e da população ativa. No final da primeira metade de 2021, o emprego já ultrapassava o nível pré-pandemia, mas com evoluções diferenciadas em várias dimensões. Nos EUA, em outubro de 2021, a taxa de desemprego desceu para 4,6% (8,1% em 2020). Na área do euro a taxa de desemprego desceu para 7,4%. As expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram nos setores dos serviços e da indústria transformadora, enquanto pioraram para o comércio a retalho e construção.

Os preços das matérias-primas aumentaram de forma notória em 2021, após os níveis baixos atingidos no ano anterior. Após um crescimento de cerca de 50% entre o final de 2020 e o final do primeiro semestre de 2021, o preço do petróleo estabiliza em torno dos 60 euros por barril, próximo do nível observado em 2019. As projeções apontam também para uma subida expressiva dos preços das matérias-primas não energéticas em euros em 2021 (31,8% após 1,3% no ano anterior). No início de outubro de 2021, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e os seus parceiros decidiram manter o ritmo de aumento da produção em novembro (400 mil barris diários). Desta forma, o preço médio do petróleo aumentou para 83,8 dólares por barril em finais de 2021, resultado de um acréscimo da procura.

Matérias-primas	2019	2020	2021
Petróleo Brent USD/Barril (1)	64.2	42.4	83.8

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD

As condições de financiamento permaneceram favoráveis em 2021, beneficiando da política monetária acomodatória do BCE. O balanço do BCE em percentagem do PIB aumentou 5,7 pp no primeiro semestre, fixando-se em 67,5% do PIB da área do euro. A partir de março de 2021, o BCE aumentou significativamente o ritmo das compras mensais do programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP, *Pandemic Emergency Purchase Programme*), de modo a preservar condições de financiamento favoráveis na área do euro. Paralelamente, as operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas contribuíram para incentivar a concessão de crédito bancário na área do euro. Estas condições de financiamento favoráveis transmitiram-se à economia portuguesa. Os bancos portugueses aumentaram o financiamento junto do banco central no decorrer de 2021 e continuaram a financiar o setor privado a taxas historicamente reduzidas.

As taxas de juro de curto prazo subiram nos EUA para 0,13%, em média, em outubro de 2021 e quase estabilizaram na área do euro, em média, em -0,55%. As taxas de juro de longo prazo evoluíram no sentido ascendente nos EUA em outubro de 2021 (1,6%), influenciado pelas expectativas do início da redução dos estímulos monetários pela Reserva Federal nos próximos meses. Assim, no final de dezembro de 2021, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,57%, -0,55% e -0,50%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para 0,21% no final de 2021.

Taxas de Juro Referência	2019	2020	2021
Área do Euro	0.00	0.00	0.00
EUA	1.50 a 1.75	0.00 a 0.25	0.00 a 0.25
Japão	-0.10	-0.10	-0.10
Reino Unido	0.75	0.10	0.10

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2019	2020	2021
Zona Euro			
Eonia	-0.45	-0.50	-0.51
Euribor 1 mês	-0.44	-0.55	-0.58
Euribor 3 meses	-0.38	-0.55	-0.57
Euribor 6 meses	-0.32	-0.53	-0.55
Euribor 12 meses	-0.25	-0.50	-0.50
EUA			
Libor 3 meses	1.90	0.24	0.21
Japão			
Libor 3 meses	-0.05	-0.08	-0.08

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Os mercados cambiais refletiram o efeito da pandemia sobre o sentimento de risco global. O euro valorizou-se muito ligeiramente face ao dólar, para se situar em 1,13 no início de dezembro de 2021, refletindo sobretudo a menor apetência dos investidores pela moeda norte americana, como ativo de refúgio.

Divisas	2019	2020	2021
EUR/USD	1.123	1.227	1.133
EUR/JPY	121.94	126.49	130.38
EUR/GBP	0.851	0.899	0.840
EUR/CHF	1.085	1.080	1.033

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

As condições financeiras globais, em particular na Área do Euro, permanecerão favoráveis, num quadro de orientação acomodaticia da política monetária e de medidas de apoio à liquidez. É expectável que a recuperação da economia mundial se mantenha nos próximos anos. As hipóteses consideram um aumento do PIB mundial de 6% em 2021, 4,3% em 2022 e 3,5% em 2023. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso da estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica.

Em julho de 2021, o BCE apresentou a sua nova estratégia de política monetária, na qual incluiu considerações sobre as alterações climáticas. O papel da política monetária no contexto das alterações climáticas ganhou relevo na nova estratégia do BCE, confirmando-se o alinhamento deste com um dos objetivos críticos da UE para os próximos anos. Em resposta ao Acordo de Paris de 2015, a UE estabeleceu o objetivo de neutralidade de carbono até 2050, o que tem motivado e exigirá ainda inúmeras medidas de política económica cujos efeitos interagem com a política monetária e poderão ser por esta afetados. O BCE contribuirá com um plano de ação climática abrangente que integrará, por exemplo,



os fatores climáticos na análise de riscos e da transmissão da política monetária. Além disso, o plano de ação também motivará adaptações no quadro operacional da política monetária, no que se refere a requisitos de reporte impostos aos bancos comerciais, às compras de ativos do setor empresarial e aos ativos de garantia aceites nas operações de refinanciamento dos bancos, que poderão ter que apresentar um perfil mais “verde”.

As alterações climáticas têm implicações profundas para a estabilidade de preços através do seu impacto na estrutura e na dinâmica cíclica da economia e do sistema financeiro. O impacto das alterações climáticas nas economias prevê-se complexo e duradouro. Fazer face às alterações climáticas é um desafio mundial e uma prioridade em termos de políticas para a UE.

## 1.2 Quadro macroeconómico nacional

Em 2021, a economia portuguesa continua o processo de recuperação iniciado no terceiro trimestre de 2020. O Banco de Portugal projeta que a economia portuguesa cresça 4,2% em 2021, aproximando-se do nível pré-pandemia. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e os avanços no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos agentes económicos. As medidas de política continuam a suportar a capacidade produtiva da economia e o rendimento das famílias e empresas. No primeiro semestre do ano, a política orçamental manteve um carácter expansionista no contexto pandémico. Na segunda metade, apesar do fim de alguns apoios temporários, em parte substituídos por medidas mais direcionadas aos setores e empresas mais afetados, não se antecipam efeitos adversos significativos sobre a atividade.

O crescimento projetado para o PIB tem subjacente uma recomposição da despesa entre bens e serviços, refletindo o impacto diferenciado da crise pandémica em termos setoriais. A queda da atividade e subsequente recuperação foram mais marcadas nos serviços que envolvem contacto social. A trajetória de recuperação do ano de 2021 assume um maior dinamismo da despesa em serviços. Ainda assim, esta despesa permanece abaixo do nível pré-pandemia, dada a persistência de comportamentos de precaução, a recuperação lenta do turismo e um maior recurso ao teletrabalho. Em contraste, a despesa em bens encontra-se acima do nível pré-pandemia no final de 2021, embora condicionada pelas perturbações na oferta.

A recuperação é mais lenta nas exportações, refletindo a evolução da componente dos serviços. No final de 2021, as exportações de serviços encontram-se quase 20% abaixo do nível pré-pandemia, enquanto as restantes componentes se aproximam ou ultrapassam esse patamar. As exportações de bens crescem 10,7% em 2021, acompanhando o dinamismo da procura externa dirigida à economia portuguesa. No período pandemia, os exportadores portugueses ganharam quota nos principais mercados da União Europeia. No entanto, as perturbações nas cadeias de abastecimento continuarão a afetar alguns setores relevantes, levando a paragens na produção e a quebras nos fluxos comerciais.

O consumo privado cresce 4,6% em 2021, sustentado pelo crescimento do rendimento disponível e pela redução gradual da taxa de poupança, num contexto de diminuição da incerteza. Esta recuperação forte refletiu o alívio das medidas de contenção e a concretização de despesas adiadas. O crescimento do rendimento disponível em termos reais em 2021 está associado à recuperação forte do emprego e ao dinamismo dos salários nominais, sendo atenuado pelo aumento da inflação. As famílias acumularam poupanças significativas desde o início da pandemia. A taxa de poupança aumentou no primeiro trimestre de 2021 para 14,8%, à semelhança do ocorrido no confinamento anterior, refletindo parcialmente uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo.

O consumo público deverá crescer 5,2% em termos reais em 2021, após uma quase estabilização em 2020. Esta aceleração resulta essencialmente do aumento do número de horas trabalhadas face ao primeiro semestre de 2020, período fortemente afetado pela pandemia. A despesa com aquisições de bens e serviços deverá aumentar sobretudo na área da saúde, em parte devido ao processo de vacinação, financiado em larga medida por fundos comunitários.

Indicadores Macroeconómicos	2019	2020	2021 <sup>(e)</sup>
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,4	-7,1	4,6
- Consumo Público	0,7	0,4	5,2
- FBCF	5,4	-2,7	1,5
- Exportações	3,5	-18,6	10,2
- Importações	4,7	-12,1	11,0
- PIBpm	2,2	-8,4	4,2
Inflação	0,3	-0,1	1,8
Índice de Produção Industrial - IT	-1,0	-8,3	-3,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	0,6	-11,7	8,9
Índice PSI 20	10,2	-6,1	13,7
Taxa de Desemprego	6,5	7,0	6,4

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal  
Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego  
(e)- Estimativa

O investimento cresce 5,6% em 2021, sustentado pelas perspetivas de recuperação, pelos fundos europeus e pelo crédito a taxas de juro baixas e com garantia do Estado. Após um crescimento em cadeia de 2,5% no primeiro trimestre, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) total reduziu para 1,5% no final de 2021. Esta evolução reflete, em parte, as dificuldades nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e de outros bens intermédios. Na indústria transformadora, observou-se um aumento dos preços das matérias-primas e uma redução de *stocks*, sendo a falta de pessoal qualificado apontada como uma limitação crescente à atividade. Na construção, registou-se também um aumento da percentagem de empresários que assinalam limitações associadas à escassez de materiais e mão de obra.

O mercado de trabalho recupera, com aumentos de 2,6% do emprego e de 8,4% das horas trabalhadas em 2021 (-1,9% e -9,3%, respetivamente, no ano anterior). Na primeira metade de 2021 assistiu-se a um aumento do emprego, das horas trabalhadas e da população ativa. No final deste período, o emprego já ultrapassava o nível pré-pandemia, mas com evoluções diferenciadas em várias dimensões. O número de indivíduos empregados nos serviços mais afetados situava-se abaixo dos níveis pré- crise, em particular, no comércio, alojamento, restauração e transportes e nas atividades ligadas

Relatório & Contas 2021

às artes e ao espetáculo. Em contraste, estava acima na construção, nos serviços de informação e comunicação, na administração pública, ensino e saúde. Na segunda metade do ano, o emprego continua a crescer, mas a um ritmo menor. A taxa de desemprego aproximou-se dos níveis pré-pandemia, 6,4% no ano de 2021 (7% em 2020), beneficiando da recuperação dos serviços mais intensivos em trabalho. O menor impacto desta crise no mercado de trabalho está largamente associado à eficácia das medidas de apoio adotadas, como o *layoff* simplificado. A redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho contribuiu para um crescimento forte das remunerações por trabalhador em 2021. A subida de cerca de 11% do salário mínimo entre 2019 e 2021 contribuiu igualmente para o dinamismo das remunerações, em particular tendo em conta a percentagem elevada de trabalhadores que auferem este tipo de retribuição.

A inflação manteve-se baixa ao longo de 2021, com uma evolução diferenciada entre bens e serviços. No ano, a taxa de variação do IHPC situa-se em 1,8% (-0,1% no conjunto de 2020), acentuando-se o diferencial face à área do euro, de -0,4 p.p. em 2020 para -2,3 p.p. Esta evolução refletiu o comportamento dos preços dos serviços, que recuperam no segundo semestre de 2021, beneficiando do controlo da pandemia e da recuperação do turismo. Mas ainda assim, o crescimento da componente dos serviços continua abaixo do observado antes da pandemia. Em contraste, os preços dos bens aumentaram no decorrer de 2021, refletindo o dinamismo da procura, que já se aproximou dos níveis pré-crise, os problemas nas cadeias de abastecimento industriais, a recuperação do preço do petróleo e o crescimento do preço dos bens energéticos. A evolução projetada para a componente de energéticos, 10,2% em termos homólogos, reflete o maior crescimento do preço do petróleo e da eletricidade.

Concluindo, o choque pandémico revelou-se temporário, não obstante a impacto mais prolongado em alguns setores e empresas. A ação das medidas de apoio à liquidez das empresas foi crucial, mas poderá ter adiado o necessário ajustamento de algumas empresas. Num contexto em que os apoios associados à pandemia são mais direcionados para os setores ainda afetados e para as empresas viáveis, o crescimento sustentado da atividade económica passa por garantir a preservação da capacidade produtiva e pela reafecção eficiente dos recursos. Os desafios mais próximos incluem a continuada redução do endividamento, em particular do setor público, a utilização eficiente dos recursos financeiros colocados à disposição do país através do Plano de Recuperação e Resiliência e a necessária reafecção de recursos físicos e humanos em resposta à transição digital e climática. O período recessivo de 2020 teve características únicas, mas também uma resposta das políticas económicas sem precedentes em Portugal e na Europa. A adaptação destas políticas e o sucesso do país na resposta a estes desafios contribuirão para uma expansão da atividade mais forte do que a projetada antes da crise e para uma retoma da convergência com a área do euro.

### 1.2.1 O setor das telecomunicações

2021 foi um ano de recuperação para os operadores de telecomunicações que conseguiram voltar a níveis de receitas comparáveis às obtidas no ano anterior à pandemia. Os volumes de tráfego transportado nas suas redes mantiveram-se muito elevados, não só pela manutenção de períodos de confinamento em 2021, mas, principalmente, pela mudança de hábitos de consumo dos clientes e também pela maior penetração dos serviços de banda larga.

Ao mesmo tempo, durante este ano, mantiveram-se a maior parte das dinâmicas observadas em anos anteriores, como a venda e a partilha de ativos entre os operadores, as tensões geopolíticas e as permanentes evoluções tecnológicas e regulatórias, com destaque para os serviços 5G cujas licenças foram atribuídas em Portugal.

Assim, o ano ficou marcado ao nível internacional pelos seguintes eventos:

- ✓ O número de utilizadores da Internet atingiu 4,9 mil milhões de pessoas (63% da população mundial), 800 milhões acima do valor registado antes do início da pandemia, no final de 2019.
- ✓ Durante 2021, observou-se algum regresso à normalidade pré-pandémica. O tráfego mundial de dados continuou elevado, com valores que se mantiveram 50% acima dos observados quando comparados com o ano de 2019. Este crescimento deveu-se sobretudo ao aumento do consumo unitário, ainda que em alguns países, como os Estados Unidos de América, o crescimento de clientes tenha mais que duplicado durante os confinamentos, com uma média mensal de 500.000 novas adições, mais 150% do que o habitual.
- ✓ Em 2021 a velocidade de instalação de novas redes de fibra viu-se afetada pela escassez de semicondutores e de outros problemas logísticos.
- ✓ De acordo com os dados da OCDE, o número de clientes servidos em fibra ótica cresceu em todo o mundo, com mais 21 milhões de utilizadores do que no ano anterior, atingindo uma quota de 30%, o que permitiu superar, pela primeira vez, o número de clientes servidos via ADSL. No entanto, o cabo coaxial continuou a ser a tecnologia dominante, com 34% do mercado global.
- ✓ O sector manteve-se dinâmico no que respeita às operações de M&A - fusões e aquisições - embora a diferença, face aos anos anteriores, tenha sido mais pelo seu número que pela sua dimensão.
- ✓ Em 2021 a Vodafone e a Orange procederam à separação do seu negócio de aluguer de torres e ao lançamento da *Vantage Towers* e da *Totem*, respetivamente, de forma a conseguir garantir a neutralidade da sua oferta de alojamento. Outros operadores decidiram vender diretamente as suas torres a operadores neutros, destacando a venda das torres da *Telxius*, filial da Telefónica, à *American Tower*.
- ✓ No que respeita às redes de fibra, 2021 destacou-se pelo grande número de *joint ventures* para o lançamento de novas operações, juntando tipicamente operadores e fundos de investimento em países como Alemanha,

Brasil, Colômbia ou Chile. Todas estas novas redes são neutras e estão vocacionadas para oferecer serviços grossistas.

- ✓ A utilização das redes de operadores neutros aumentou, como consequência dos planos de desinstalação de tecnologias obsoletas, como é o caso das centrais de cobre, das quais a Telefónica, por exemplo, já desativou mais de 1.000 em Espanha, migrando os serviços de ADSL para fibra ótica ou FWA (*Fixed Wireless Access*).
- ✓ A maior parte dos governos da OCDE decidiram apoiar com subsídios a aceleração do desenvolvimento das redes de fibra. Entre todos eles, destacou-se, a administração Biden (EUA), que alocou 65 mil milhões de dólares para novas infraestruturas.
- ✓ Os Estados Unidos da América promulgaram uma lei para proibir empresas de tecnologia chinesas como a *Huawei* e a *ZTE* de obter aprovação para licenças de equipamentos de rede no país. Estes e outros fabricantes chineses ficaram também banidos em outros países, fundamentalmente nas redes 5G, o que permitiu a outros fabricantes como a Ericsson, por exemplo, assinar com a Verizon o maior contrato 5G do mundo, por um valor de 8,3 mil milhões de dólares. Como consequência, as vendas da *Huawei* diminuíram este ano perto de 30% e a empresa procedeu à venda de algumas unidades de negócio.
- ✓ Em relação ao 5G, de acordo com a Associação Global de Fornecedores Móveis (GSA), no final do ano, existiam 469 operações comerciais de 5G em 140 países. No entanto, na maior parte das operações não se tem conseguido verificar um aumento significativo das receitas, ao contrário do que aconteceu com os custos de energia e o aluguer de espaço nas torres, decorrente de uma maior exigência de cobertura.
- ✓ Como consequência do aumento dos custos, os operadores aceleraram durante 2021 a partilha de ativos, seja nos serviços móveis, como é o caso do acordo entre todos os operadores móveis sul-coreanos para oferecer serviço a 13 milhões de habitantes nas zonas rurais ou nos serviços fixos, em que cada vez mais operadores históricos decidem utilizar redes de terceiros, ou como foi o caso da *Telefónica* em Espanha, que começou a servir os seus clientes sobre a rede da *Adamo*. A *Vodafone Espanha* reportou também que 96% das suas novas estações são instaladas em torres partilhadas.
- ✓ 2021 foi igualmente o ano da consolidação dos serviços de comunicações por satélite baseados nas constelações de órbita baixa (LEO), com a *Space X* a dispor de 1.600 satélites em órbita e 100.000 terminais em funcionamento. Adicionalmente, foram lançados vários novos cabos submarinos, como o *Polar Express* através do ártico.
- ✓ Finalmente, os operadores continuaram a reforçar as suas práticas ambientais, com a *Vodafone* a lançar eco-torres totalmente alimentadas com energias renováveis.

Ao nível europeu, destacaram-se os seguintes acontecimentos:

- ✓ Embora a Comissão Europeia não tenha fomentado a exclusão dos equipamentos chineses nas redes 5G (contrariamente ao que fizeram alguns países europeus, como a Suécia), decidiu impor tarifas anti-dumping até 44% à importação de cabos chineses de fibra ótica. A Comissão e o Parlamento Europeu continuaram a legislar para aumentar a proteção dos consumidores e a soberania dos dados, levando a empresas como a *Microsoft* a garantir aos clientes europeus a custódia dos seus dados na própria região.
- ✓ A instalação de novas redes de fibra no continente acelerou, este ano, até cobrir 45% dos seus potenciais clientes, embora nas áreas rurais este valor tenha sido só de 22%, praticamente metade da cobertura média. A Vodafone, por exemplo, ultrapassou os 150 milhões de casas cobertas, com mais de 25 milhões de clientes.
- ✓ Os operadores conseguiram recuperar grande parte das receitas perdidas no ano anterior como consequência da pandemia, que provocou uma descida de 3,5% das receitas totais de telecomunicações. A recuperação das receitas só não foi maior devido à pressão competitiva dos operadores de baixo custo que, em alguns países como Espanha, conquistaram já uma quota de 40% do mercado. Como consequência desta pressão, os operadores tradicionais continuaram a tentar diminuir os seus custos com (i) despedimentos, (ii) partilha de ativos e (iii) a digitalização de processos.
- ✓ Em relação ao 5G, 99% da população europeia contava no final do ano com acesso a ofertas comerciais com esta tecnologia, embora ainda sem grande impacto. Em 2021, o regulador alemão atribuiu 123 licenças privadas para acelerar a transformação digital na indústria, logística, saúde e educação.

Finalmente, no panorama nacional cabe destacar os seguintes aspetos:

- ✓ Após 1.727 rondas e 201 dias, o processo de licitação pelos direitos de utilização das frequências 5G terminou em 27 de outubro, gerando 566,8 milhões euros para o erário público. Foram seis os operadores que obtiveram a atribuição de direitos: três incumbentes (NOS (165 milhões euros), Vodafone (133,2 milhões euros) e MEO (125 milhões euros)) e três novos entrantes (*NOWO/Masmovil* (70,1 milhões euros), *Dixarobil/Digi* (67,3 milhões euros) e *Dense Air* (5,7 milhões euros).
- ✓ No último mês do ano, a NOS e a Vodafone foram as primeiras operadoras a lançar operações comerciais 5G. E, no início do ano, ambas operadoras lançaram a *Dual Grid*, uma empresa para investir conjuntamente no desenvolvimento das respetivas redes móveis em Portugal.
- ✓ De acordo com os valores publicados pela ANACOM, o tráfego fixo nas redes de banda larga chegou a registar aumentos de 71% sobre o período homólogo como consequência do confinamento decorrente da crise pandémica, sendo que o aumento médio do tráfego durante 2021 foi de 61,8% até atingir os 260GB por mês. Até ao início da pandemia, o crescimento anual do tráfego situava-se à volta de 20%.

- ✓ A ANACOM reportou também que, no ano transato, quase 90% dos lares portugueses tinham cobertura de redes de alta velocidade, tendo 75% das famílias portuguesas um contrato de serviços de alta velocidade. No entanto, apesar destes valores elevados, 18% dos portugueses continuam sem nunca ter utilizado a Internet, valor que duplica a média europeia.
- ✓ De forma análoga ao que aconteceu em outros países, o Ministério de Coesão Territorial anunciou no final do ano o lançamento de um programa de subsídios com uma dotação de 150 milhões de euros para acelerar a cobertura das zonas ultra rurais com redes de nova geração. No entanto, contrariamente a outros países europeus, os projetos de redes fibra e de 5G não foram contemplados pelo Plano de Recuperação e Resiliência impulsionado pelo governo português.
- ✓ A MEO manteve em 2021 a posição de liderança em todos os segmentos de serviços de telecomunicações. Na banda larga residencial, conseguiu 39% de quota, seguida pela NOS com 37% e a Vodafone com 20%. No entanto, a NOS liderou os investimentos em I&D com 67,2 milhões de euros, à frente da MEO com 59,5 milhões de euros.
- ✓ De acordo com a informação publicada pela ANACOM, os preços dos serviços de telecomunicações aumentaram 1,9% em 2021. Durante este ano, o regulador manteve a pressão para diminuir o preço dos serviços regulados forçando, por exemplo, uma diminuição de 10% nos serviços Ethernet entre o continente e as ilhas, o que permitiu atingir uma redução de 94,5% em relação aos preços que estes serviços tinham em 2015.
- ✓ Por recomendação da ANACOM, o Governo aprovou a nova tarifa social de Internet que, por uma renda mensal de 6,15 euros, que inclui 15GB de tráfego com velocidades de 12 Mbps de *download* e de 2 Mbps de *upload*.
- ✓ No que respeita às operações de M&A, a principal operação foi a venda da *Infratower*, empresa com 223 estações macro e 464 *small cells* da Altice Portugal à *Cellnex*, que também adquiriu 65 torres da ONI localizadas em autoestradas. No segmento fixo, a única operação destacável foi a aquisição da Ar Telecom pela operadora espanhola Aire Networks.
- ✓ No âmbito legal, a Vodafone reclamou 132 milhões de euros à MEO pela quebra do contrato de partilha de fibra assinado por ambas as empresas em 2014. A MEO foi também multada pela Autoridade da Concorrência por conluio com a NOWO na fixação do preço de serviços móveis de banda larga. Adicionalmente, foi rejeitado o recurso da Altice Portugal nos tribunais europeus contra a multa de 124,5 milhões de euros pelas falhas de notificação da aquisição da MEO.

Numa perspetiva mais operacional, em 2021 as limitações impostas pela pandemia de COVID-19 não conseguiram travar o desenvolvimento das redes FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do primeiro semestre de 2021.

**Evolução do número de clientes residenciais com acesso a Redes de Alta Velocidade**

NUTS II	1S 2020		1S 2021		Var 1S 2021/ 1S 2020 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	
NORTE	921	67,0%	1008	74,8%	9,5
CENTRO	532	58,0%	610	68,1%	14,6
A.M. LISBOA	1051	87,9%	1098	93,0%	4,6
ALENTEJO	149	49,2%	171	57,9%	14,6
ALGARVE	119	65,5%	141	79,7%	18,0
R.A. AÇORES	63	77,5%	72	89,1%	13,5
R.A. MADEIRA	74	78,4%	80	87,2%	8,9
<b>TOTAL</b>	<b>2.909</b>	<b>70,1%</b>	<b>3.180</b>	<b>78,2%</b>	<b>9,3</b>

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias), %

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, a percentagem de clientes residenciais com serviços de banda larga fixa tem crescido consideravelmente. Entre o 1.º semestre de 2020 e o 1.º semestre de 2021 verificou-se um crescimento de 9,3%, em linha com o verificado no mesmo período do ano anterior.

Dado o posicionamento da entidade no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados pela ANACOM, o organismo regulador do setor, o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do terceiro trimestre de 2021, 4,3 milhões, mais 133 mil assinantes que no período homólogo (+3,2%). Este aumento é inferior ao aumento de 4,1% verificado no período homólogo como consequência do aumento dos serviços de *streaming* como Netflix ou HBO Max, prestados através da Internet.

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição até ao terceiro trimestre de 2021 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH/B), que registaram mais 294 mil assinantes até atingir um valor total de 2,4 milhões, mais 14,0% que no final do terceiro trimestre do ano anterior. Para este

crescimento muito contribuiu a transferência para FTTH/B de clientes que consumiam outras tecnologias, bem como a angariação de novos clientes.

A tabela seguinte detalha estes efeitos.

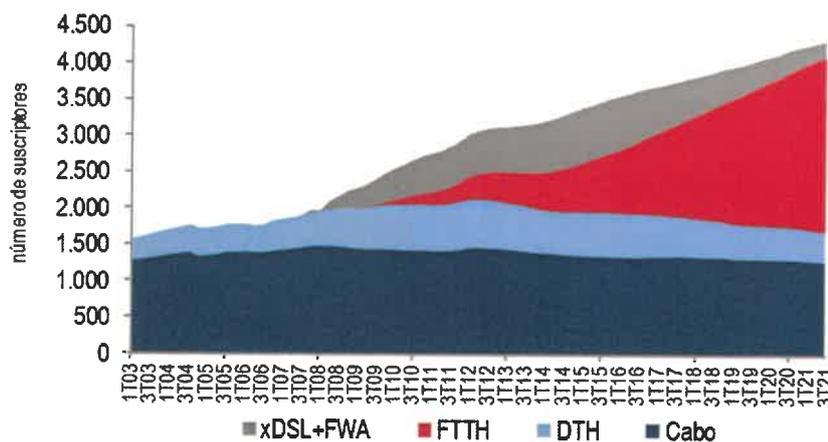
**Número de assinantes de TVS por tecnologia**

	3T20	3T21	Δ (%)
<b>Cabo</b>	1.313	1.284	-2,1%
<b>DTH</b>	455	415	-8,8%
<b>FTTH</b>	2.111	2.405	14,0%
<b>xDSL+FWA</b>	310	216	-30,2%
<b>Total</b>	4.189	4.321	3,2%

Unidade: Milhares de assinantes

Fonte: Anacom

Desde 2018 a FTTH tem sido a principal forma de acesso a este serviço, como se pode apreciar no gráfico seguinte. No terceiro trimestre de 2021, a FTTH suportou 55,7% do total de assinantes. No mesmo período do ano anterior, os acessos em fibra representaram 50,4%, 5,3 pontos percentuais abaixo dos valores do ano transato.



Fonte: IPC - ANACOM

Tendo por base o terceiro trimestre de 2021, a MEO atingiu uma quota de 40,6% no número de acessos de TV por subscrição. Na tabela seguinte pode-se apreciar a quota de cada operador.

**Quota de assinantes de TV por subscrição**

Operador	3T2020	3T2021	Δ (p.p.)
<b>MEO</b>	<b>40,1</b>	<b>40,6</b>	<b>0,5</b>
<b>Grupo NOS</b>	<b>39,2</b>	<b>38,0</b>	<b>-1,2</b>
NOS Comunicações	36,6	35,5	-1,1
NOS Madeira	1,7	1,7	0,0
NOS Açores	0,8	0,8	0,0
<b>Vodafone</b>	<b>17,0</b>	<b>18,0</b>	<b>1,0</b>
<b>NOWO</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Outros prestadores</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>

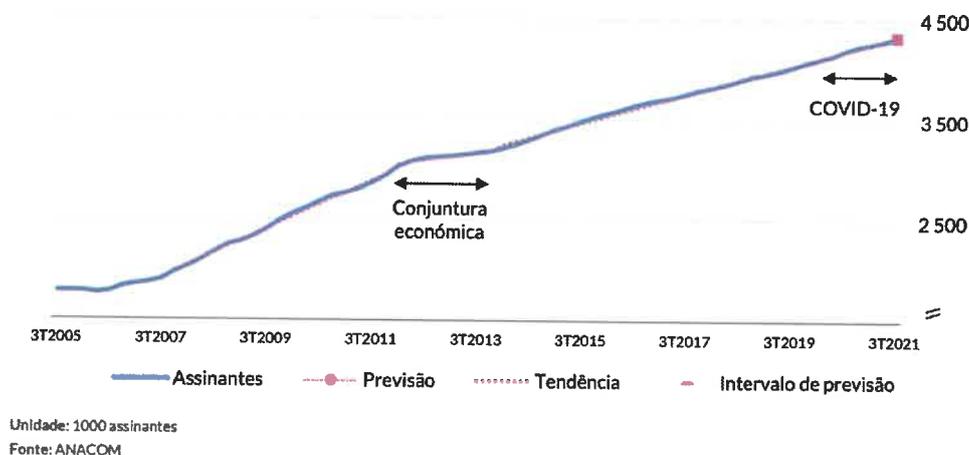
Unidade: %

Fonte: ANACOM

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, também houve, em 2021, um crescimento significativo. Segundo dados publicados pela ANACOM, registavam-se em Portugal, no final do terceiro trimestre de 2021, cerca de 4,3 milhões de acessos fixos à Internet, mais 162 mil acessos do que no mesmo período do ano anterior, o que representa um crescimento de 3,9%.

Cabe ressaltar, no gráfico a seguir, o pequeno impacto que a pandemia teve nas assinaturas ao serviço de televisão, que foi contrário ao grande aumento no tráfego de Internet, incluindo os serviços de *streaming* de televisão, que se apresenta nas páginas seguintes.

**Evolução histórica das assinaturas a serviços de TV**



A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa, com 58,8% do total dos acessos com referência ao terceiro trimestre de 2021, mais 5 pontos percentuais quando comparado com o período homólogo. A segunda tecnologia foi o *modem* cabo que representa 28,0% do total. Em terceiro lugar ficou o ADSL, com uma

representação de cerca de 6,6% frente aos 9,8% no ano anterior. De salientar ainda as ofertas suportadas em LTE em local fixo, que representam cerca de 6,4% do total de acessos, conforme se poderá verificar no quadro abaixo.

### Número de acessos à Internet em local fixo

	3T2020	3T2021	Δ %
<b>Total de acessos, dos quais:</b>	<b>4.115</b>	<b>4.277</b>	<b>3,9%</b>
<b>Acessos FTTH/B</b>	<b>2.214</b>	<b>2.517</b>	<b>13,7%</b>
<b>% do Total de banda larga fixa</b>	<b>53,8%</b>	<b>58,8%</b>	
<b>Acessos modem cabo</b>	<b>1.207</b>	<b>1.196</b>	<b>-0,9%</b>
<b>% do Total de banda larga fixa</b>	<b>29,3%</b>	<b>28,0%</b>	
<b>Acessos ADSL</b>	<b>402</b>	<b>283</b>	<b>-29,7%</b>
<b>% do Total de banda larga fixa</b>	<b>9,8%</b>	<b>6,6%</b>	
<b>Acessos LTE em local fixo</b>	<b>286</b>	<b>275</b>	<b>-3,7%</b>
<b>% do Total de banda larga fixa</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,4%</b>	
<b>Outros acessos</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8,7%</b>
<b>% do Total de banda larga fixa</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>	

Unidade: Milhares de acessos, %

Fonte: ANACOM

A quota de mercado em número de acessos detida por cada um dos operadores apresenta-se no quadro a seguir.

### Quotas de acessos à Internet em local fixo

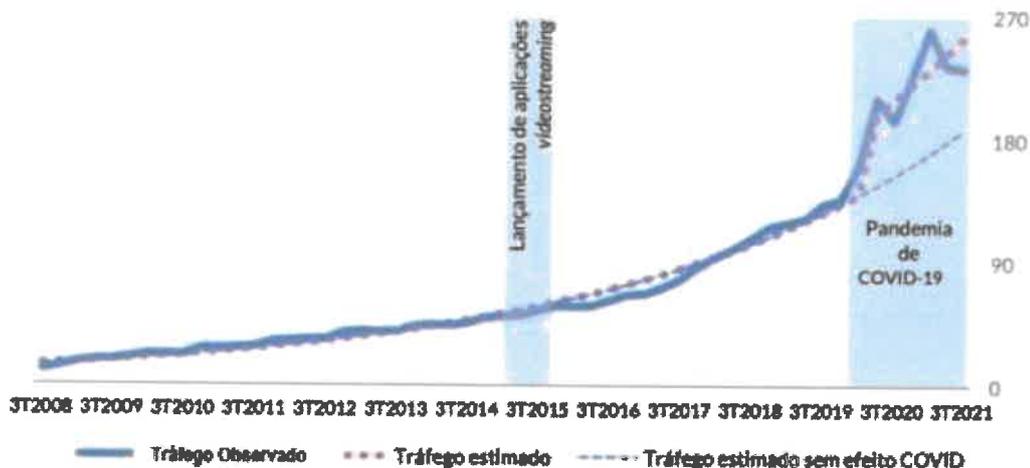
Operador	3T2020	3T2021
<b>MEO</b>	<b>40,4</b>	<b>40,7</b>
<b>Grupo NOS</b>	<b>35,2</b>	<b>34,5</b>
NOS Comunicações	33,0	32,3
NOS Madeira	1,5	1,5
NOS Açores	0,7	0,7
<b>Vodafone</b>	<b>20,4</b>	<b>21,2</b>
<b>Grupo Apax / NOWO / Onitecom</b>	<b>3,6</b>	<b>-</b>
Cabovisão / NOWO	3,5	-
Onitecom	0,1	-
<b>Cabovisão / NOWO</b>	<b>-</b>	<b>3,2</b>
<b>Onitecom</b>	<b>-</b>	<b>0,1</b>
<b>Outros prestadores</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>

Unidade: %

Fonte: ANACOM

No gráfico seguinte pode observar-se o impacto extraordinário da pandemia no aumento do tráfego médio mensal por acesso de banda larga fixa.

**Evolução histórica do tráfego de Internet mensal por acesso fixo**



Unidade: GB  
Fonte: ANACOM

	3T2020	3T2021	Δ %
Tráfego de banda larga fixa	2.368.244	2.953.123	24,7%

Unidade: TB, %  
Fonte: ANACOM

No que respeita à voz fixa, a informação prestada pelo regulador mostra que no final do terceiro trimestre de 2021, existiam 4,3 milhões de clientes com acesso a telefone em local fixo (+2,1% face ao trimestre homólogo).

Finalmente, em relação à atividade regulatória prevista para 2022, o ano ficará marcado pela implementação do novo quadro regulamentar e institucional europeu, resultante da Diretiva (UE) 2018/1972 do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho, de 11 de dezembro, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (CECE).

O novo Código visa responder às necessidades crescentes de conectividade dos cidadãos europeus, aumentar a competitividade da Europa e estimular o investimento em redes de capacidade muito elevada. Destaca-se ainda um conjunto significativo de matérias relacionadas com a proteção dos direitos dos consumidores e demais utilizadores finais, envolvendo designadamente a análise do contexto da inclusão do acesso de banda larga à Internet no serviço universal de comunicações eletrónicas e o reforço das atribuições do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC).

Outros aspetos que o Regulador aponta como particularmente relevantes para a sua ação em 2022 no Plano Plurianual de Atividades 2022-2024 são a introdução da quinta geração das redes móveis (5G), a promoção da concorrência, o aumento da segurança das comunicações, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023, o desenvolvimento do programa Europeu Digital e a concretização do Plano de Ação para a Transição Digital, a potencialização do posicionamento estratégico de Portugal como *European Data Gateway* através da Plataforma Atlântica de conectividade e dados, o desenvolvimento do mercado das comunicações via satélite da Estratégia Nacional para o Espaço 2030 e o desenvolvimento de Zonas Livres Tecnológicas para facilitar a inovação.

A atuação da ANACOM nos próximos anos assenta nos seguintes objetivos estratégicos:

- Contribuir para que todo o País obtenha o máximo benefício em termos de escolha, preço, qualidade e segurança dos serviços postais e de comunicações eletrónicas, através de uma regulação ativa e exigente que promova o investimento eficiente, facilite a partilha de infraestruturas e assegure uma concorrência leal e dinâmica.
- Assegurar uma proteção máxima dos direitos dos utilizadores das comunicações, em todo o território e, em especial, junto das populações mais vulneráveis, através da promoção de um enquadramento regulatório que dê prioridade à informação e transparência e que desincentive e sancione más práticas.
- Fortalecer e responsabilizar a regulação em Portugal, através do respeito integral pela sua autonomia, isenção e independência e da exigência de um cumprimento rigoroso da sua missão, nomeadamente através da partilha de informação e conhecimento e da promoção da eficiência e da economia de meios e recursos indispensáveis à assunção plena das suas responsabilidades.

Relatório & Contas 2021

## 2. Atividade da entidade

A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM., doravante designada por “Minhocom”, ou “entidade”, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de “*Equal Access Networks*”, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

À semelhança dos períodos anteriores, a sua atividade, ao longo de 2021, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

O ano de 2021 continuou fortemente marcado pela pandemia COVID-19, que forçou um novo confinamento nos primeiros meses do ano. Após uma queda histórica em 2020, a economia portuguesa registou um crescimento em 2021 apesar do agravamento da pandemia e dos problemas nas cadeias de fornecimento globais que restringem o crescimento da atividade e do comércio mundial no curto prazo. Com efeito a atividade industrial está a ser significativamente afetada pela escassez e elevado custo das matérias-primas e dos fretes marítimos. No entanto, de acordo com a publicação do Boletim Económico do Banco de Portugal, foi possível verificar uma recuperação da economia no segundo trimestre de 2021 impulsionada pela procura interna, em particular pelo consumo privado. Não obstante, no terceiro trimestre, a recuperação foi impulsionada pelas exportações, enquanto que a procura interna continuou a recuperar a um ritmo inferior ao do trimestre anterior. O crescimento das exportações refletiu a forte recuperação nos serviços, em particular do turismo.

A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela Minhocom assume a configuração nos municípios constante na imagem e abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.



## 2.1. Custos de explora76o

O normal funcionamento da atividade da Minhocom implica um investimento permanente na manuten76o da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos servi76os prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inova76o, com vista a otimizar a sua gest6o corrente e a conten76o de custos.

## 2.2. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agn6stico 6 tecnologia que suporta a sua presta76o de servi76os, o mesmo n6o se passa com os clientes operadores de telecomunica76es e, sendo a Minhocom um operador *wholesale*, as op76es tecnol6gicas constituem um elemento fundamental da sua estrat6gia de diferencia76o, pelo que a entidade continuar6 a seguir as tend6ncias de mercado por forma a complementar as fun76es existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de servi76os, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo hist6rico ao n6vel do cumprimento dos n6veis de servi76o a que a Minhocom se comprometeu, tamb6m no per6odo em an6lise tais objetivos foram plenamente alcan76ados e, em muitas situa76es, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os n6veis de servi76o previstos (SLA's).

## 2.3. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunica76es nacionais.

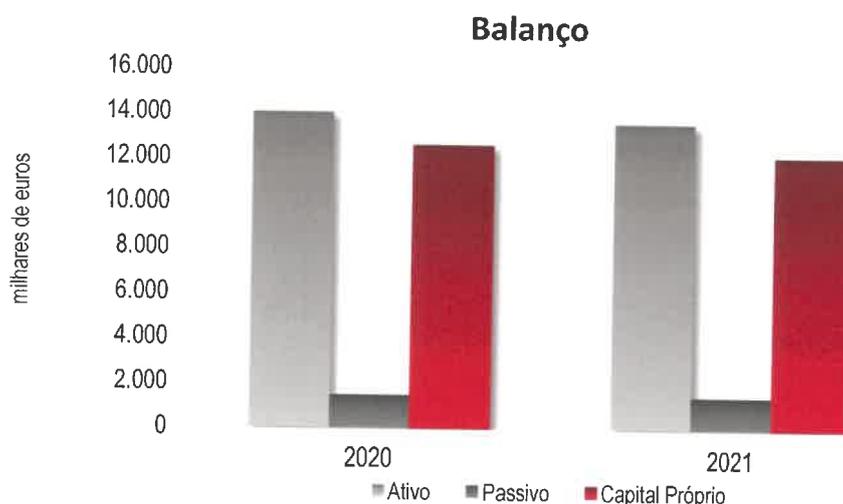
O alargamento do portef6lio de servi76os tem permitido 6 Minhocom ajustar a sua oferta 6s necessidades do mercado e ultrapassar as limita76es resultantes da tipologia da infraestrutura que det6m: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na cria76o de condi76es de diferencia76o da regi6o e apostou nos vetores considerados mais prementes: sa6de, educa76o e 6rea empresarial, tendo dado contributos importantes para a regi6o nestes importantes setores.

## 2.4. Análise económico-financeira

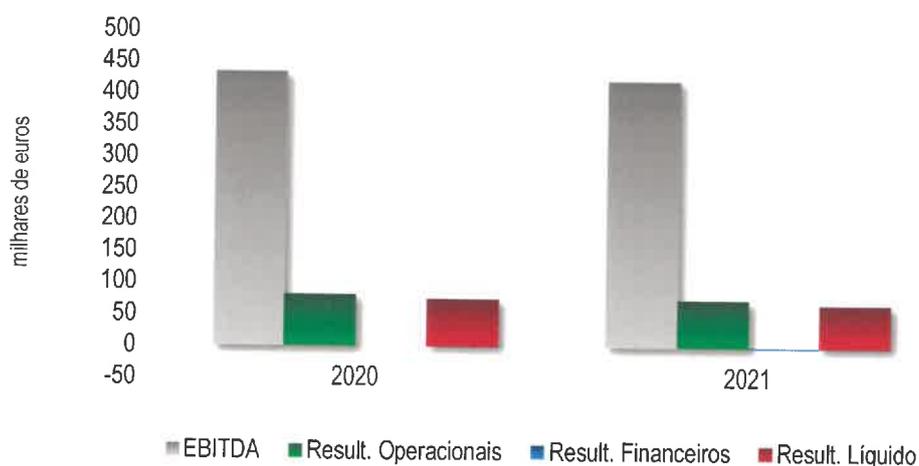
À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2021, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis (13,3 milhões de euros) e os saldos a receber de Clientes (310 mil euros). No lado do Passivo, ressaltam as rubricas relativas a Outras dívidas a pagar (1 milhão de euros), que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS\_C, e os Diferimentos (290 mil euros).

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.



No que respeita ao Capital próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000 euros e na rubrica Outros instrumentos de Capital próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 10,6 milhões de euros. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 4 milhões de euros, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS\_C. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 90%.

## Demonstração dos Resultados



No que concerne à operação económica da entidade em 2021, e apesar dos efeitos provocados na atividade económica pela pandemia de *COVID-19*, a contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais bastante positivos em 2021. O EBITDA da entidade cifrou-se em 422,6 mil euros, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

O volume de negócios rondou os 592,8 mil euros no ano (-4,1 mil euros face a mesmo período de 2020), com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 67,8 mil euros (+8,8% face a 2020).

Assim, no período em análise, a Minhocom, manteve uma excelente performance da sua atividade operacional, como refletem positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2019	2020	2021
<b>Indicadores Económicos</b>			
Valor Acrescentado Bruto*	453.159	467.761	471.376
EBITDA*	424.014	434.494	422.630
EBITDA %	72,81%	72,79%	70,80%
Cash-Flow *	419.875	427.644	416.338
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Autonomia Financeira	89,65%	89,70%	89,46%
Liquidez Geral	80,93%	62,63%	81,02%
Solvabilidade Total	866,41%	870,42%	848,66%
*Valores em euros			

Salienta-se que, não só a Minhocom obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,46%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2021, a entidade gerou *cash flows* próximos de 416mil euros, o que é um dado de salutar.

### 3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

### 4. Perspetivas futuras

A minhocom mantém um acompanhamento da evolução da pandemia, procurando minimizar os riscos para a sua atividade e, na sequência das recomendações do Governo e das autoridades sanitárias, mantém implementados planos de contingência adequados às suas circunstâncias, os quais são monitorizados em contínuo, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

No decorrer de fevereiro de 2022, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia deterioraram-se acentuadamente, o que resultou no início de um conflito armado entre os dois países. Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2021, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

A par disso, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta das políticas económicas crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A execução eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

Assim, no decorrer do período de 2022 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da Minhocom, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

## 5. Impacto da COVID-19

Os períodos de 2020 e de 2021 foram marcados por uma crise pandémica, à escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas governamentais restritivas que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e conseqüente deterioração dos níveis de rentabilidade.

Neste contexto, e considerando os impactos ocorridos, a Entidade mantém medidas de contingência e de prevenção e outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a Entidade, para os colaboradores e para a economia em geral.

## 6. Ações próprias

No decurso do período de 2021 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2021, a sociedade não detinha ações próprias.

## 7. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2021 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

## 8. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

## 9. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2021, positivo no valor de 67.770,55 euros (sessenta e sete mil, setecentos e setenta euros e cinquenta e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	2.774,65€
Resultados Transitados.....	64.995,90€

## 10. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

### Gestão dos riscos financeiros

A atividade da entidade está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco implica a identificação, avaliação e realização de coberturas de riscos financeiros com base nos princípios definidos pelo Conselho de Administração, entre os quais o risco de taxa de juro e de crédito.

### Risco de mercado

A entidade não identifica nenhuma situação específica ao nível do seu risco de mercado, nomeadamente no que respeita à procura ou aos produtos e serviços transacionados que possa vir a afetar de forma significativa a sua atividade futura, não obstante o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia estar a provocar uma escalada dos preços dos combustíveis das matérias-primas.

### Risco de taxa de juro

O Conselho de Administração da entidade não considera, atualmente, a hipótese de cobertura de risco relativamente à variação da taxa de juro, na medida em que as suas demonstrações financeiras à presente data não são afetadas pela mesma.

### Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes das transações decorrentes da atividade. O risco de crédito é avaliado tendo em conta o histórico de relação comercial, a situação financeira do devedor, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da entidade.

Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

### **Risco de liquidez**

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é acompanhado semanalmente.

### **Risco de capital**

O objetivo primordial do Conselho de Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura adequada dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

## **11. Informações exigidas por diplomas legais**

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

## **12. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 05 de abril de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

### 13. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*

Sara da Silva Teixeira

Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*

Emília da Graça Neto Cerdeira

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*

Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

## B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2021, e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de Fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade e, durante o período de 2021, não fizeram quaisquer aquisições ou alienações.

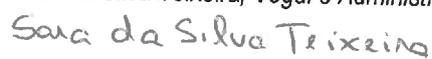
Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



## C) Órgãos Sociais

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Sara da Silva Teixeira

Vogal: Emília da Graça Neto Cerdeira

Vogal: Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: João Manuel Amaral Esteves

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

## D) Demonstrações Financeiras Individuais

## Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

Unidade monetária: euros

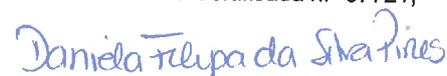
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	13.254.128,42	13.814.780,11
		13.254.128,42	13.814.780,11
<b>Ativo corrente</b>			
Cientes	7	309.983,11	206.061,28
Estado e outros entes públicos	9	244,98	345,00
Outros créditos a receber	8	6.538,31	7.395,45
Diferimentos	10	2.855,71	1.284,76
Caixa e depósitos bancários	4	19.821,47	29.337,93
<b>Total do ativo</b>		<b>339.443,58</b>	<b>244.424,42</b>
		<b>13.593.572,00</b>	<b>14.059.204,53</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	10.568.597,46	10.918.597,46
Reservas legais	13	17.225,35	13.507,94
Resultados transitados	14	(2.575.001,88)	(2.645.632,59)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	3.982.059,19	4.149.605,11
Resultado líquido do período		67.770,55	74.348,12
<b>Total do capital próprio</b>		<b>12.160.650,67</b>	<b>12.610.426,04</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras dívidas a pagar	17	1.013.982,99	1.058.521,73
		1.013.982,99	1.058.521,73
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	50.432,50	26.473,55
Estado e outros entes públicos	9	23.636,86	16.370,74
Outras dívidas a pagar	17	54.891,62	57.435,11
Diferimentos	10	289.977,36	289.977,36
		418.938,34	390.256,76
<b>Total do passivo</b>		<b>1.432.921,33</b>	<b>1.448.778,49</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>13.593.572,00</b>	<b>14.059.204,53</b>

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,



A Contabilista Certificada n.º 87721,



Sara J

*[Handwritten signature]*

### Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	592.801,54	596.925,76
Fornecimentos e serviços externos	19	(151.789,66)	(155.398,18)
Gastos com o pessoal	20	(44.131,19)	(33.078,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-	3.680,00
Outros rendimentos	21	28.819,70	28.973,81
Outros gastos	22	(3.070,70)	(2.929,16)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>422.629,69</b>	<b>438.173,85</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 15	(348.567,05)	(356.975,80)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>74.062,64</b>	<b>81.198,05</b>
Juros e gastos similares suportados	23	(5,75)	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>74.056,89</b>	<b>81.198,05</b>
Imposto sobre o rendimento do período	24	(6.286,34)	(6.849,93)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>67.770,55</b>	<b>74.348,12</b>
Resultado por ação básico		3,39	3,72

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

JT ✓ *[Signature]*  
 ST ✓ Sara J.  
 Aires EC ✓ *[Signature]*  
 Alina PS ✓ *[Signature]*  
 Países *[Signature]*

A Contabilista Certificada n.º 87721,

*Daniela Filipa da Silva Pires*

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Unidade monetária: euros	
							Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2021		100.000,00	10.918.597,46	13.507,94	(2.645.632,59)	4.149.605,11	74.348,12	12.610.426,04
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado do período de 2020								
Alterações em outras variações no capital próprio:				3.717,41	70.630,71		(74.348,12)	
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15					(212.084,64)		(212.084,64)
Ajustamentos por impostos diferidos						44.538,72		44.538,72
<b>Resultado líquido do período</b>				3.717,41	70.630,71	(167.545,92)	(74.348,12)	(67.545,92)
<b>Resultado integral</b>							67.770,55	67.770,55
Operações com detentores de capital no período	12		(350.000,00)					
Prestações acessórias			(350.000,00)					
Posição em 31 de dezembro de 2021		100.000,00	10.568.597,46	17.225,35	(2.575.001,88)	3.982.059,19	67.770,55	12.160.650,67

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

JT 

ST Souza da Silva Teixeira

EC PS JP 

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Fines



## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2020

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Unidade monetária: euros	
							Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2020		100.000,00	11.418.597,46	11.296,83	(2.687.643,73)	4.322.228,47	44.222,25	13.208.701,28
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado do período de 2019								
Alterações em outras variações no capital próprio:				2.211,11	42.011,14		(44.222,25)	
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15					(218.510,64)		(218.510,64)
Ajustamentos por impostos diferidos						45.887,28		45.887,28
<b>Resultado líquido do período</b>				2.211,11	42.011,14	(172.623,36)	(44.222,25)	(172.623,36)
<b>Resultado integral</b>							74.348,12	74.348,12
Operações com detentores de capital no período			(500.000,00)					
Prestações acessórias	12		(500.000,00)					
Posição em 31 de dezembro de 2020		100.000,00	10.918.597,46	13.507,94	(2.645.632,59)	4.149.605,11	74.348,12	12.610.426,04

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

JT 

ST Sara de Silveira Trincine

EC 

PS Paulina

VP   
minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações eim

A Contabilista Certificada n.º 87721

Daniela Feijó da Silva Feres 

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

### Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		517.684,75	700.716,25
Pagamentos a fornecedores		(127.710,52)	(187.761,12)
Pagamentos ao pessoal		(40.640,01)	(33.023,00)
Caixa gerada pelas operações		349.334,22	479.932,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.844,93)	3.000,44
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		<b>340.489,29</b>	<b>482.932,57</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)			
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(5,75)	-
Restituição de prestações acessórias		(350.000,00)	(500.000,00)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		<b>(350.005,75)</b>	<b>(500.000,00)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		<b>(9.516,46)</b>	<b>(17.067,43)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	29.337,93	46.405,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	19.821,47	29.337,93

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

JT *[assinatura]*  
 ST *Sara da Silva Teixeira*  
 EC *[assinatura]*  
 PS *Paulo Pereira*  
 VP *[assinatura]*

minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações eim

A Contabilista Certificada n.º 87721,

*Daniela Filipa da Silva Fries*

## Anexo em 31 de dezembro de 2021

### 1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim

Sede social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data de constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma média empresa, pelo que mantém a aplicação das NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

#### 3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

##### 3.1.1. Pressuposto da continuidade

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

##### 3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas “Diferimentos”, “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

##### 3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

#### 3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

#### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

#### 3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

### 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios

diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias

significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

### 3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### 3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### 3.2.4. Benefícios dos empregados

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

#### Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

### 3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma

quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

#### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os “encargos financeiros” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

### 3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

### 3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento sendo imputados na demonstração dos resultados na proporção das depreciações dos bens subsidiados.

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

### 3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos

depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

### 3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias

possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2015 a 2021, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

### 3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

### 4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	81,41	81,41
Depósitos bancários	19.740,06	29.256,52
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>19.821,47</b>	<b>29.337,93</b>

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

### 5. Partes relacionadas

#### a) Informação relativa à empresa-mãe

Têm participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51,00%
dstelecom, s.a.	48,99%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais saldos entre a entidade e empresas do grupo são os seguintes:

Empresas do grupo	31.12.2021	31.12.2020
<b>Empresas associadas</b>		
dstelecom, s.a.	20.766,13	28.878,58
derivadas e segmentos, s.a.	2.949,50	951,20
dstelecom, norte, s.a.	165.862,84	61.603,39
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	3.962,04	12.383,29
blu, s.a.	(922,50)	(181,60)
	<b>192.618,01</b>	<b>103.634,86</b>

Durante o período de 2021, as principais transações entre a entidade e empresas do grupo são os seguintes:

Empresas do grupo	2021		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
<b>Empresas associadas</b>			
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	82.501,21	-
blu, s.a.	-	8.977,56	-
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)
derivadas e segmentos, s.a.	(2.397,97)	-	-
	<b>(331.141,93)</b>	<b>91.478,77</b>	<b>(21.816,70)</b>

Durante o período de 2020, as principais transações entre e empresas do grupo são os seguintes:

Empresas do grupo	2020		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
<b>Empresas associadas</b>			
dstelecom, s.a.	(279.596,70)	82.006,24	-
blu, s.a.	(10.142,70)	8.977,56	-
dstelecom, norte, s.a.	(131.333,22)	-	(27.270,87)
derivadas e segmentos, s.a.	(2.997,46)	-	-
	<b>(424.070,08)</b>	<b>90.983,80</b>	<b>(27.270,87)</b>

## b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2021 e 2020 foram as seguintes:

	2021	2020
Órgãos Sociais	37.528,28	28.531,02
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	<b>40.480,28</b>	<b>31.483,02</b>

## 6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2021, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	6.398.622,93	1.857.400,52	10.700,51	8.266.723,96
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	13.811.980,72	2.799,39	-	13.814.780,11
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,14)	(1.460,55)	-	(560.651,69)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,14	1.460,55	-	560.651,69
Depreciações	559.191,14	1.460,55	-	560.651,69
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
Transferências de/para Ativos não correntes	-	-	-	-
5.5 detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	13.252.789,58	1.338,84	-	13.254.128,42

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2020, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	5.824.597,04	1.855.939,97	10.700,51	7.691.237,52
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	14.386.006,61	4.259,94	-	14.390.266,55
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(574.025,89)	(1.460,55)	-	(575.486,44)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	574.025,89	1.460,55	-	575.486,44
Depreciações	574.025,89	1.460,55	-	575.486,44
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
Transferências de/para Ativos não correntes	-	-	-	-
5.5 detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	13.811.980,72	2.799,39	-	13.814.780,11

Nos períodos de 2021 e de 2020, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021			2020		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(560.651,69)	212.084,64	(348.567,05)	(575.486,44)	218.510,64	(356.975,80)
	(560.651,69)	212.084,64	(348.567,05)	(575.486,44)	218.510,64	(356.975,80)

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
Clientes c/c	309.983,11	206.061,28
Clientes de cobrança duvidosa	13.962,35	13.962,35
	<u>323.945,46</u>	<u>220.023,63</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(13.962,35)	(13.962,35)
	<u>309.983,11</u>	<u>206.061,28</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Reclamadas judicialmente	13.962,35	13.962,35
	<u>13.962,35</u>	<u>13.962,35</u>

Nos períodos de 2021 e de 2020, a rubrica "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021			2020		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	-	3.680,00	3.680,00
Total	-	-	-	-	3.680,00	3.680,00

## 8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	6.378,46	6.363,80
Adiantamentos a fornecedores	-	412,50
Outros devedores	159,85	619,15
	<u>6.538,31</u>	<u>7.395,45</u>
	<b>6.538,31</b>	<b>7.395,45</b>

## 9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	244,98	345,00
	<u>244,98</u>	<u>345,00</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre rendimento	1.429,34	3.987,93
Retenção de impostos sobre rendimento	723,59	340,63
Imposto sobre o valor acrescentado	20.232,78	11.223,94
Contribuições para a Segurança Social	1.251,15	818,24
	<u>23.636,86</u>	<u>16.370,74</u>

## 10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Gastos já faturados que respeitam a períodos futuros	1.931,38	-
Seguros	-	225,00
Outros gastos	924,33	1.059,76
	<b>2.855,71</b>	<b>1.284,76</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	289.977,36	289.977,36
	<b>289.977,36</b>	<b>289.977,36</b>

## 11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

## 12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo acionista privado no valor de 10.568.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

De acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, e desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações acessórias no montante de 350.000,00 euros.

## 13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
Reservas legais	17.225,35	13.507,94
	<u>17.225,35</u>	<u>13.507,94</u>

## 14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
Resultados transitados	(2.575.001,88)	(2.645.632,59)
	<u>(2.575.001,88)</u>	<u>(2.645.632,59)</u>

## 15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 euros.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2021, o valor reconhecido, foi de 212.086,64 euros.

Tal como explicitado na nota 3, na Demonstração dos Resultados, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

## 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores c/c	50.432,50	26.473,55
	<u>50.432,50</u>	<u>26.473,55</u>

## 17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	1.013.982,99	1.058.521,73
	<u>1.013.982,99</u>	<u>1.058.521,73</u>
<b>Passivo corrente</b>		
Remunerações a pagar	1.355,45	987,86
Remunerações a pagar	6.577,10	4.269,38
Fornecimentos e serviços externos	2.384,42	168,03
Outros acréscimos de gastos	36,88	7.472,09
	<u>8.998,40</u>	<u>11.909,50</u>
Ajustamentos em subsídios ao investimento	44.537,77	44.537,75
	<u>54.891,62</u>	<u>57.435,11</u>

## 18. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2021 e de 2020, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021			2020		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	592.801,54	-	592.801,54	596.925,76	-	596.925,76
	<u>592.801,54</u>	-	<u>592.801,54</u>	<u>596.925,76</u>	-	<u>596.925,76</u>

## 19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Subcontratos	9.972,59	10.083,54
Eletricidade	48.732,44	51.537,54
Material escritório	266,00	-
Rendas e alugueres	73.711,21	74.016,24
Comunicação	255,00	195,00
Seguros	3.190,90	3.123,10
Honorários	-	795,35
Contencioso e notariado	65,00	55,00
Conservação e reparação	2.114,59	2.099,41
Trabalhos especializados	12.000,00	12.000,00
Licenças de software	1.324,67	1.493,00
	<b>151.789,66</b>	<b>155.398,18</b>

## 20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

## 20.1. Pessoas ao serviço

	2021	2020
Administradores	5	5
Empregados	-	-
	<b>5</b>	<b>5</b>

## 20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	37.528,28	28.531,02
Encargos sobre remunerações	6.208,71	4.006,67
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	203,87	478,54
Gastos de ação social	128,40	62,15
Outros gastos com pessoal	61,93	-
	<b>44.131,19</b>	<b>33.078,38</b>

## 21. Outros rendimentos

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Rendimentos suplementares	28.819,60	28.813,01
Excesso de estimativa para impostos	-	85,80
Outros rendimentos	0,10	75,00
	<b>28.819,70</b>	<b>28.973,81</b>

## 22. Outros gastos

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Impostos e taxas	2.580,00	2.580,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	188,12
Serviços bancários	78,20	161,04
Outros gastos	412,50	-
	<b>3.070,70</b>	<b>2.929,16</b>

## 23. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Juros de mora e compensatórios	5,75	-
	<b>5,75</b>	<b>-</b>

## 24. Imposto do período

Nos períodos de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
1 Resultado antes de impostos	74.056,89	81.198,05
2 Imposto corrente	6.286,34	6.849,93
3 Imposto diferido	-	-
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	<b>6.286,34</b>	<b>6.849,93</b>
5 Tributações autónomas	509,45	523,18
6 Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (6=(4+5)/1*100)	<b>9,18%</b>	<b>9,08%</b>

## 25. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2021) e a data de autorização para a sua emissão (05 de abril de 2022), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

## 26. Impacto da COVID-19 e do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas demonstrações financeiras

Os períodos de 2020 e de 2021 foram marcados por uma crise pandémica, à escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas governamentais restritivas que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e consequente deterioração dos níveis de rentabilidade. Neste contexto, e considerando os impactos ocorridos, a entidade mantém medidas de contingência e de prevenção e outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a entidade, para os seus colaboradores e para a economia em geral.

No decorrer de fevereiro de 2022, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia deterioraram-se acentuadamente, o que resultou no início de um conflito armado entre os dois países.

A esta data, já alguns dos danos são visíveis, como o agravamento dos preços das matérias-primas, pelo que se espera uma estagnação económica extensível a toda a União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2021, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

27. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

28. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 05 de abril de 2022. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Valença, 05 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Pires

Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*

Sara da Silva Teixeira

Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*

Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

## E) Certificação Legal das Contas



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 13.593.572,00 euros e um total de capital próprio de 12.160.650,67 euros, incluindo um resultado líquido do período de 67.770,55 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

##### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

##### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUIMARAES, MANUELA MALHEIRO E MARIO GUIMARÃES S. SROCC  
 Registo no C.A.M.C. n.º 148 | Registo na C.R.V.M. n.º 79/81465  
 NIPC 502 951 943 | Capital Social 5 000 euros  
 Membro da AEC & Associação: RROCC ACE

##### Escritório

Edifício de Referência do Espaço Empresarial  
 Av. D. João I - n.º 406 - 1.º Piso - Edifício 417  
 4710-275 Braga - Portugal  
 T+351 433 262 528 F+351 433 262 529



Av. 21 de Janeiro, n.º 131 - 4.º C.  
 4715-002 Braga - Portugal  
 T+351 435 242 481 F+351 435 242 482



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 20 de abril de 2022.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 N.º CC: 503 951 943 | Local: Braga | 5.000 € vult  
 Membro de ABC & Associados - BRSOC ACE  
 www.brsoc.pt

**Comércio**  
 Centro Progresso do Braga, Edifício A  
 Av. D. João V, 1404 - 4.º Piso - Braga 4710-075  
 T: +351 (0) 253 200 430 | T: +351 (0) 253 202 432

**JMM**  
 Av. 31 de Janeiro, n.º 31 - 1.º Andar  
 4710-052 Braga - Portugal  
 T: +351 (0) 253 21 3001 | F: +351 (0) 253 21 3002

## F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do período apresentados pelo órgão de gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.
  2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
  3. Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas em 20 de abril de 2022, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.
  4. Face ao exposto, e considerando que:
    - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
    - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o órgão de gestão e os serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
    - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,
- O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas do período de 2021, tal como foram apresentados pelo órgão de gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao órgão de gestão e aos serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 20 de abril de 2022.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUBMARÁES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUBMARÁES, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 NIPC 500 851 943 | Capital Social 5 000 euros  
 Membro da ABC & Associação (SROC - ACE)  
 www.jmm.pt

#### Escritórios

Primeira Negocias de Braga, Lda  
 Av. D. João IV, n.º 404, 4.º Piso, Escritório, 47  
 3719-273 Braga - Portugal  
 T: +351 253 223 520 | F: +351 253 223 521



Av. D. João IV, n.º 404, 4.º Piso, Escritório, 47  
 4715-002 Braga - Portugal  
 T: +351 253 223 520 | F: +351 253 223 521